

representações sociais no meio rural Amazônico. *Novos Cadernos do NAEA*, v.2, n.2, 1999.

MCGRATH, D. G. et al. Fisheries and the evolution of resource management on the Lower Amazon floodplain. *Human Ecology*, v. 21, n. 3, p. 167-196, 1993.

MAUÉS, R. H. *Padres, Pajés, Santos e Festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: Cejup, 1995.

_____. Malineza: um conceito da cultura amazônica. In: *Uma outra invenção da Amazonia*. Belém: Cejup, 1999.

MORAN, E. The adaptive system of the Amazon caboclo, pp 136-159. No C. Wagley, *Man in the Amazon*. University of Florida, Gainesville, 1974.

NUGENT, S. *Amazonian Caboclo Society: an essay on invisibility and peasant economy*. Berg: Oxford, 1993.

PINA CABRAL, J. de. *Sons of Adam, Daughters of Eve: the Peasant Worldview of the Alto Minho*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1986.

SLATER, C. *Dance of the dolphin: transformation and disenchantment in the amazonian imagination*. University of Chicago Press: Chicago, 1994.

STRATHERN, M. *The relation*. Prickly Pear Press: Cambridge, 1995.

TAUSSIG, M. *The devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1981.

WAGLEY, C. *Amazon town: a study of man in the tropics*. New York: Macmillan, 1976.

VELHO, O. The peasant and the beast. *European review of Latin American and Caribbean Studies*, 51, December, p. 7-25, 1991.

A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DE GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES

Mônica Prates Conrado
Departamento de Antropologia/UFGA

Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, são obras que apresentam aspectos fundamentais sobre as relações raciais travadas na sociedade brasileira contemporânea. Esses autores foram os pioneiros a evidenciar uma nova compreensão da problemática racial no Brasil. O primeiro estuda as bases do mito da democracia racial, enfatizando, sob uma perspectiva culturalista, a importância das três raças (o branco, o negro e o índio) na formação do povo brasileiro, tendo como base a relação dócil entre senhores e escravos marcada pela afetividade. Para o autor, a acomodação desse povo deu-se, de fato, com a miscigenação. O segundo põe em xeque, com base no conceito de ajustamento racial, os resíduos de uma sociedade escravocrata, determinando os obstáculos para a inserção dos negros¹ na nova sociedade industrializada. Ele constrói uma forma particular de tratamento do assunto e constata a condição de marginalidade e exclusão social destinada a essa raça.

Antes de aprofundarmos esta pesquisa, é importante destacarmos os resultados do estudo sobre os indicadores de desenvolvimento humano, realizado pelo projeto Brasil 2000 – *Novos Marcos para as Relações Raciais* (Fase)²:

[...] constatou o alto grau de desigualdade entre negros e brancos no país. Aplicado o mesmo indicador para a população branca, nosso país ocupa a 49ª posição. Aplicado à população afro-descendente, o Brasil está na escandalosa 108ª posição. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se calculado para os brancos (0,791) colocaria o Brasil quase como um país de desenvolvimento humano elevado (último país no ranking tem 0,801 de índice). Já se calculado para os afro-descendentes, o Brasil teria um IDH abaixo de países africanos como a Argélia e muito abaixo de países americanos de maioria negra como Trinidad Tobago. Comparado à África do Sul, o Brasil estaria sete pontos

abaixo desse país, recém-saído de um regime segregacionista. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) mostra que quase não mudou, desde os anos 50, a distância entre a escolaridade de brancos e negros de mais de 25 anos. O trabalho tem como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999. Os brancos têm sempre dois anos e meio a mais de escolaridade. No último meio século, o padrão da discriminação racial, no que se refere à escolaridade, manteve-se estável, concluiu Ricardo Henriques, coordenador do estudo.³

Com base nesse quadro atual, a retomada dos clássicos como Freyre e Fernandes em muito contribuirá para avançarmos na tentativa de compreendermos, sob o ponto de vista da reprodução das desigualdades sociais, o lugar do negro nas sociedades contemporâneas. Podemos adiantar que Gilberto Freyre apresenta os germens e pontos de sustentação para o mito da democracia racial vivido no mundo de hoje e Florestan Fernandes prenuncia a condição social dos negros na cidade de São Paulo, por meio de um estudo de caso, momento em que problematiza os efeitos do sistema escravocrata à nova ordem social vigente para a inserção dos negros como agentes socialmente ativos no mundo capitalista. No entanto, cabe-nos reconhecer que Gilberto Freyre não inventa a *democracia racial*; ele apenas enfatiza algumas características hegemônicas das relações raciais no Brasil, consubstanciadas pelo mito da democracia racial.

REVISITANDO CASA-GRANDE E SENZALA

Uma sociedade multi-racial como a nossa, nascida do processo colonial, representava, na mentalidade da elite brasileira, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca. Esse foi o motivo pelo qual a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. A preocupação de vários intelectuais da Primeira República era a formação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, a questão da definição do brasileiro como povo e do Brasil como Nação. O que estava em jogo nesse debate intelectual nacional era, fundamentalmente, a questão de saber de que maneira

transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só Nação, num só povo, com base em um determinismo biológico do fim do século XIX e início do século XX que acreditava na inferioridade das raças.

Nos anos 30, o país tomou novos caminhos no que se refere à orientação política, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social. Tal orientação não podia mais adequar-se às teorias raciológicas do fim do século XIX, consideradas obsoletas. Gilberto Freyre retomou a temática racial até então considerada não apenas a chave para a compreensão do Brasil, mas também para toda a discussão em torno da questão da identidade nacional. Ele deslocou o conceito de raça para o conceito de cultura, um distanciamento que permitia um maior afastamento entre o biológico e o cultural (MUNANGA, 1999). Nessa época, foram atribuídos ao português exemplos considerados aptos para a vida nos trópicos, como a mobilidade e a miscibilidade, por compensarem a deficiência em população ou volume humano para a colonização em larga escala sobre áreas muito extensas; a aclimatibilidade, para a disposição natural da vida em climas diferentes devido a um caráter empreendedor e aventureiro; e a adaptabilidade.

Em vista disso, o português passou a predispor-se, como nenhum outro povo, à colonização agrária, escravocrata e polígama-patriarcal por diversos fatores que influenciaram a sua formação. Como exemplo, podemos citar o contato com os mouros que forneceu, entre outros elementos, a técnica de produção e utilização da cana-de-açúcar. Além disso, Portugal tinha uma nobreza mesclada de raças que se dispunha a casamentos com descendentes de pequenos mercadores, impregnados de sangue mouro e hebreu. Freyre concebe esse povo como uma figura *plástica e maleável*. As razões disso encontram-se na Invasão da Península Ibérica pelos árabes, fato que possibilitou aos portugueses um contato com uma cultura muito diferenciada: a cultura oriental. Dos índios, as características observadas foram o animismo e a sexualidade exaltada; e dos negros, o misticismo, a sexualidade, a voluptuosidade, a bondade, a alegria, entre outras.

Gilberto Freyre analisa a constituição do povo brasileiro, seguindo as premissas referentes aos *antecedentes* e às *predisposições* das três

raças formadoras do país. Segundo ele, essas premissas são atributos psicológicos, sociais e culturais. Portanto, o povo brasileiro derivou da composição étnica e cultural do branco, do negro e do índio. Nessas circunstâncias, o clima tropical em muito favoreceu porque viabilizava a sensualidade, a poligamia e a escravidão que, na literatura do autor, era vista como um “bem necessário”⁴ para a colonização nos trópicos, ou seja o *grande excitante* para a procriação da população no Brasil colonial:

É absurdo responsabilizar o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico [...]. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação, criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias (Id.1984, p. 316).

Nesse sentido, os “estoques raciais” (branco, negro e índio) formaram o tipo brasileiro como *casamento perfeito*, predisposto à miscigenação. Freyre prega a integração racial por meio da apologia da miscigenação como afirmação da identidade do brasileiro. Segundo ele, tendo em vista que o abramileiramento dá-se pela caracterização de um modo de vida (hábitos, costumes e alimentação) em uma região tropical, a formação brasileira pode ser considerada produto do equilíbrio de antagonismos étnicos e culturais.

De acordo com Freyre, não existe espaço para a admissão da existência da discriminação racial, visto que os trópicos não permitem. A “adaptabilidade”, a “plasticidade”, o “caráter amolecedor”, a “aclimatabilidade”, a “miscibilidade”, entre outros fatores, contribuem para a tese de que a miscigenação “deu certo” no Brasil. Valores culturais, aparentemente considerados antagônicos, harmonizam-se e se fundem em “formas tropicais de convivência social”, originando a tese do lusotropicalismo. O autor diz que “É em contato com os trópicos, que se completa a lusitanidade do português” (Id.,1984, p. 316). Assim, o branco, o negro e o índio “acomodaram-se racialmente” sob as bases da miscigenação.

Nesse momento, é importante acrescentarmos que as relações sociais observadas em *Casa Grande e Senzala* encontram-se diretamente vinculadas ao sistema econômico escravista de dominação patriarcal (monocultura latifundiária). Essa dominação é imposta em nome de uma

visão integrativa estabelecida nas relações entre as pessoas do tipo “mando” e “proteção” exercidas pelo senhor de engenho. Nessa obra, Gilberto Freyre explica a formação patriarcal do Brasil no que se refere à economia, à experiência cultural e à organização familiar. Para ele, a família, e não o Estado, deve ser encarada como unidade colonizadora de padrão conciliatório marcada pela relação de afetividade, sendo essa a fonte de integração social. O seu discurso tem a família como expressão máxima:

A família, não o indivíduo, tampouco o Estado e nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (Ibid., p. 18).

A relação entre senhores e escravos era vivida sob o jugo da família patriarcal. Segundo Freyre, poder e autoridade legitimavam a ordem econômica escravocrata e o negro aceitava esse estado de coisas por ser caracteristicamente *bondoso e alegre*. O autor não vê a dominação patriarcal como *perversidade*, mas sim como *proteção e amabilidade*.

Segundo a tese do sadomasoquismo, Freyre constrói tipos psicológicos para os dois grupos: senhores (sádicos) e escravos (masoquistas). Assim, ele destaca a tese psicológica do sadomasoquismo que assegura, de acordo com seu ponto de vista, uma relação de proximidade amigável e dócil entre senhores e escravos. Ele reduz antagonismos nas relações entre as duas camadas para *acomodá-las em uma determinada linha de interpretação* que privilegia fatores psicológicos e culturais na explicação da formação brasileira. Sobre esse aspecto, afirma que:

[...] esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos [...] (Ibidem., p. 51).

Mais adiante ele coloca que:

[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em "princípio de Autoridade" ou "defesa da Ordem [...]" (Ibid., p. 52).

Esse discurso foi inovador nos anos 30, uma vez que propunha, por intermédio da miscigenação, a solução do dilema nacional acerca da viabilidade do Brasil como Nação. Essa preocupação cercava grupos letrados e aqueles identificados com a modernidade Ocidental (intelectuais e políticos), visto que, nessa época, a questão racial era componente fundamental da questão nacional por ser o modo pelo qual se apreendia a realidade. Sobre esse assunto, Ventura (1991), ao abordar a história cultural e as polêmicas literárias no Brasil, no final do século XIX e início deste, assinala que:

A ideologia da mestiçagem, como fusão de raças e culturas se tornou elemento recorrente na literatura, na historiografia e no ensaísmo brasileiros. A partir de tal ideologia, a "síntese" racial e cultural é vista como traço específico, ou marca de identidade, que funda concepções homogêneas e pouco diferenciadas de cultura. No Brasil e na América Latina, uma imagem unificada de nação se definiu a partir da incorporação das formas culturais européias, indígenas, africanas e asiáticas.

As concepções racistas faziam parte do discurso das elites do país. Como exemplo, citamos o pensamento de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, importantes intelectuais da época que abordaram duas correntes distintas. O primeiro, desejava a "pureza de raça" por meio da herança biológica. Ele postulava o branqueamento num processo seletivo, com a finalidade de gerar mestiços eugênicos ou "superiores" ao aproximar-se pela via da moralidade e da cor do tipo da raça branca. Além disso, considerava a "arianização" o único caminho para a construção de uma nação. O segundo, concebia o mestiço como "raça degenerada" e via a "degenerescência física, psicológica e moral dos mestiços" advindos da mestiçagem que fragiliza o branco.

Conforme observamos, *Casa Grande e Senzala* foi uma obra publicada em um período em que a elite intelectual brasileira estava pessimista com relação à identidade nacional. No entanto, representa

uma visão positiva sobre a sociedade e o homem brasileiro, pois seu autor "redime como herói colonizador o português, único capaz de construir uma civilização nos trópicos" em decorrência de sua herança cultural.

Para Freyre, a acomodação racial é produto de tendências sociais, psicológicas e econômicas que na mestiçagem viabiliza a nação brasileira. Em vista disso, o Brasil pode ser considerado a "síntese" da reconciliação dos conflitos e antagonismos étnicos e culturais. Segundo ele, a posição de mando do senhor (sádico) e a de submissão do escravo (masoquista) determinam, na hierarquia, o lugar ocupado por ambos na sociedade escravista. A dominação é mantida por meio do poder legítimo e incontestável do senhor e pela posição estática do escravo na conjuntura sociopolítica e econômica da escravidão. Para o autor, *poder* significa autoridade legítima de mando e proteção, firmada pela total dependência do escravo ao senhor. A dominação ganha contornos brandos e suaves em relação ao tratamento dispensado aos escravos pelo senhor de engenho, uma relação marcada pela afetividade. Ressaltamos, no entanto, que Freyre não se refere aos escravos do eito pois, em sua obra, apenas os escravos domésticos eram o foco de análise das relações entre senhores e escravos. Assim, a ordem social escravocrata definia as relações entre as pessoas, configurando posições sociais pelo desdobramento da dominação patriarcal. A título de esclarecimento, ele diz:

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo (Ibid., p. 244).

Em síntese, Freyre exalta a escravidão como o pilar da formação do povo brasileiro.

FLORESTAN FERNANDES E O NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes analisa o lugar destinado ao negro na fase de transição da ordem escravocrata para a sociedade de classes, na cidade de São Paulo.

Ele destaca a condição de marginalidade e exclusão social do negro e das tendências modernas de expansão do capitalismo.

Segundo Fernandes, a visão de mundo escravocrata representa, sob o ponto de vista moral negativo, o *mal* que a sociedade moderna deve extirpar da sua estrutura sociopolítica e econômica. O mundo escravocrata, deixado para trás, possuía uma estrutura rígida, fechada e organizada, tendo os senhores de engenho no topo e os escravos na base. Na sociedade de classes, o negro é visto como fruto da escravidão. É uma raça que obteve posições e privilégios sociais em situações marcadas por trajetórias individuais, destinadas às relações pessoais. Sua inserção no mercado de trabalho dava-se determinada por estigmas e estereótipos, em virtude dos padrões de relações raciais nos quais os brancos eram os dominantes. O autor constrói sua análise com base em dois aspectos fundamentais:

1. o processo de exclusão e isolamento social por que passou o negro, no período pré-capitalista, em decorrência de sua herança social e cultural oriunda da escravidão;

2. a impossibilidade efetiva de “ajustamento dos negros” à sociedade de classes.

Fernandes considera o negro como homem passivo diante da urbanização crescente e da industrialização. Esse estado de passividade é decorrente de uma “herança social e cultural” do sistema escravocrata, considerada um entrave à competição igualitária de brancos e negros no mercado de trabalho.

A “herança social e cultural” remete o negro ao passado escravista, um sinônimo de atraso ao progresso e à civilização. Isso dificulta a possibilidade de um futuro democrático nas relações entre brancos e negros e a adaptação destes últimos a um novo estilo de vida. Nesse contexto, o negro não se encontrava *preparado social e historicamente* às formas de vida ditas organizadas, o que gerava sua dependência, visto que acabava precisando dessa herança como referência para sobreviver. Em vista disso, podemos dizer que a “herança social e cultural” culminou no aniquilamento do negro na sociedade de classes.

Nessa conjuntura, o ajustamento racial só poderia vingar com a ressonância de uma sociedade que escapasse às concepções arcaicas e ultrapassadas do regime anterior. Mas, as mudanças significativas

dependiam da ação do indivíduo no social, como agente histórico, isto é, engajado, de forma organizada, reivindicando direitos sociais, políticos e econômicos com papéis e funções sociais vinculados diretamente à sociedade de classes. Na visão de Fernandes, faltava ao escravo a “consciência de classe”, ou seja, a “conscientização histórica do seu agir socialmente”. O autor afirma que “[...] os escravos e os libertos sabiam bem, coletivamente, o que não queriam. Contudo, não tinham consciência clara sobre o que deviam querer coletivamente nem de como agir socialmente, para estabelecer semelhante querer coletivo” (FERNANDES, 1978, p. 41). Nessa linha de raciocínio, ainda segundo o autor, o negro não possuía os atributos (sociais e morais) para a competição igualitária com os brancos na nova ordem social.

Fernandes constata que a ordem competitiva não se implantou de forma homogênea e instantânea na cidade de São Paulo. As estruturas sociais, políticas e econômicas alteraram-se gradativamente, em ritmos desiguais, e a transformação de concepções e valores sociais não se davam na mesma medida. Os obstáculos ao ajustamento racial dos negros não foram suprimidos na nova ordem vigente. Por essa razão, perpetuaram-se em padrões de relações raciais inerentes à ordem social escravista e senhorial.

Nesse panorama sociopolítico e econômico, há a figura do imigrante, representando o desejo nacional de progresso e civilização na sociedade de classes e a figura do negro como atraso econômico diretamente associado à mão-de-obra escrava. Fernandes observou situações individuais de ascensão e de probabilidades de êxito entre negros vistas como casos personalizados⁹. Ele caracterizou essas relações como paternalistas e protecionistas, geralmente praticadas nas famílias tradicionais que adotavam negros em decorrência de favores e fidelidades pessoais.

Em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, o negro é apresentado como dependente de suas relações sociais com o branco. No caso de uma situação de marginalidade e exclusão social, o negro estava fadado ao fracasso, sem saída aparente, determinando uma situação anômica (ou patológica) de existência social. Nessa obra, a liberdade é concebida por meio da construção da história do sujeito como agente de sua liberdade, que traz autonomia e disposição plena sobre si mesmo,

transferindo, desse modo, a questão das relações raciais às formas individuais de tratamento.

Na obra de Fernandes, o mito da democracia racial evidencia as *amarras sociais* para a inserção e mobilidade social dos negros no mundo moderno. A suposta democracia mantém-se sob a idéia de igualdade social que conduz os direitos e deveres dos cidadãos na República. Mas, o mundo moderno comportava práticas de perpetuação de "padrões tradicionalistas" relativas ao mundo rural, no plano da economia e das relações sociais, constatando, conseqüentemente, a impossibilidade de ajustamento dos negros na nova sociedade que ascendia. Assim, a problemática racial ficou articulada sob os moldes das relações pessoais subjetivas. Dessa forma, a referida democracia tornou-se utópica em uma sociedade na qual os negros não possuem autonomia.

No plano da ideologia, as relações raciais revigoram-se, consubstanciadas pelo mito da democracia racial que forja, em suas bases, o conflito entre brancos e negros. Sobre esse assunto, Fernandes declara que:

Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do brasileiro, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a "ideologia racial brasileira", perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social (Ibid. 1978, p. 255).

O autor, ao longo de sua obra, critica as manipulações e estratégias utilizadas pela classe dominante para o estabelecimento do mito da democracia racial. Essas manipulações e estratégias justificam as desigualdades sociais como diretamente associadas aos valores e às concepções de mundo da sociedade brasileira.

UMA BREVE DIGRESSÃO SOBRE O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Duas análises de períodos e estruturas econômicas completamente diferentes, *Casa Grande e Senzala* e *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, são fundamentais para a compreensão do lugar do negro na sociedade atual.

Na ótica de Gilberto Freyre, a colonização portuguesa nos trópicos viabilizou, pelo sistema escravista, a miscigenação responsável pela "feliz combinação" das três raças formadoras do povo brasileiro. O autor exalta o clima e a região tropical, destacando a miscigenação como fundamento para o pensamento democrático do país, além de podutora de democracia porque "assenta as bases de conflitos entre brancos e negros". Para ele, a escravidão está intimamente ligada à formação do povo brasileiro.

Este artigo considera a hipótese de situar *Casa Grande e Senzala* como uma fonte na literatura sociológica para a legitimação do poderio econômico do sistema escravocrata, na conjuntura política dos anos 30.⁶ Todavia, a importância dessa obra reside na possibilidade de compreensão das relações sociais no Brasil, muitas vezes marcadas por relações pessoais na sociedade, conforme foi demonstrado por Florestan Fernandes. Especificamente, o conflito racial no Brasil é posto de maneira que as tensões sociais, resultantes do preconceito, são legitimadas por atitudes discriminatórias, sob o manto do mito da democracia racial.

Com base na literatura examinada, podemos dizer que a maioria dos negros ascendiam socialmente por meio de relações pessoais, no período pós-Abolição e na República, que caracterizavam as relações sociais típicas do brasileiro, levando-se em consideração alguns fatores, como lealdades pessoais, interesses e valores particulares.

A escravidão vista como *roubo explícito e aniquilamento dos negros*, em Florestan Fernandes, e como um *bem necessário*, em Gilberto Freyre, sustenta-se como foco principal para a análise das relações raciais da sociedade contemporânea. Sobretudo, Florestan Fernandes deixa claro que a mobilidade social dos negros na educação e na profissão dava-se por concessões e privilégios, em virtude das relações com os brancos. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* é uma obra que repercute, sob um tom profético, a "condição negra". A mudança⁷ é, nesta obra, foco de libertação das *teias sociais do passado*, determinando as condições de existência do presente pois os mecanismos de exclusão e marginalidade da sociedade pré-capitalista são referentes ao período escravocrata. Em sua análise, o autor privilegia os mecanismos do passado escravista como justificativa das desigualdades sociais. Todavia, deixa escapar uma análise mais pormenorizada das possíveis estratégias construídas fruto do novo

sistema social que ascendia, naquele momento, às relações raciais no Brasil contemporâneo.

O Brasil é um país onde o preconceito de cor é ponto de referência porque determina, entre outros aspectos, o lugar do indivíduo no social, segundo um sistema de classificação que varia do mais claro ao mais escuro, impossibilitando o ataque frontal à ideologia racial brasileira como declaradamente racista. Nessa forma de classificar, o indivíduo embranquece ou escurece dependendo da sua posição, *status*, ocupação e classe social. É importante salientarmos que a cor é percebida ao longo de um *continuum* de gradações na sociedade. Portanto, as pessoas, em determinados momentos e situações, são classificadas segundo a cor da pele e, por isso, podem ser socialmente caracterizadas. Nesse sentido, essa classificação e as demais características físicas a ela vinculadas fundamentam-se, antes, na própria sociedade (PACHECO, 1986). Assim, a cor dos brasileiros torna-se o componente social que demarca espaços, posições e privilégios na sociedade, conferindo a esses, por meio das relações existentes entre os indivíduos, direitos, deveres e papéis sociais que vão dar sentido às suas ações e representações no cotidiano social. Na verdade, não podemos nos esquecer de que o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

O mito da democracia racial teve efeitos desastrosos para os negros. Na sociedade brasileira atual, os mecanismos sociais, políticos e econômicos, ao produzirem desigualdades, têm nesse mito a “porta de entrada” ao tratamento dispensado às relações entre brancos e negros. De forma elaborada e dinâmica, no contexto das relações contemporâneas, o negro não compete, igualitariamente, com os brancos nas condições básicas de existência, como saúde, moradia, educação e trabalho. O pluralismo brasileiro, com o seu *continuum* de cor, não é sinônimo de democracia racial, visto que os declarados “pardos” não estão em situação política e socioeconômica mais vantajosa, de forma significativa, que os “pretos”. Para eles, destinam-se as piores escolas, precários postos de trabalho e as piores condições de vida, o que contribui para excluí-los dos cargos de direção e das instituições de ensino superior, por exemplo.

Atualmente, no plano ideológico, movimentos negros, grupos e intelectuais preocupados com a questão racial pregam direitos sociais iguais aos dos brancos como possibilidade efetiva, baseando-se na idéia de que somos todos iguais, juridicamente sob uma ótica pluralista. Todavia, a noção e a percepção da igualdade de direitos não são, por si só, suficientes para tornar acessíveis a quem é socialmente desfavorecido as oportunidades que gozam os indivíduos socialmente privilegiados. As estratégias de solapamento e mecanismos discriminatórios modernizam-se continuamente, tornando-se cada vez mais sofisticadas, uma vez que ficam veladas pelo mito da democracia racial. Na verdade, esse mito embasa a idéia de igualdade social consubstanciada com a ideologia do branqueamento.

No Brasil, a desigualdade histórica-social-política e econômica entre brancos e negros é de origem múltipla e passa, constantemente, por um processo de renovação no que tange à naturalização da desigualdade racial, criando resistências ideológicas e políticas. As estratégias de solapamento e os mecanismos discriminatórios, insistentemente e de forma perversa, tornam-se cada vez mais sofisticados, posto que ficam velados pelo referido mito. A população vive sob a crença generalizada de que o Brasil é um país sem preconceito e sem discriminação racial. No entanto, observamos uma ausência de sentimento de responsabilidade com as desigualdades sociais acumuladas ao longo da história sócio-política-econômica entre brancos e negros, o que dificulta ainda mais uma compreensão mais acurada da problemática racial.

Outra crença ainda, infelizmente, bastante difundida, é a de que a questão racial se confunde com a questão econômica, segundo a qual com o fim das profundas desigualdades econômicas - no âmbito, por exemplo, da saúde e da educação - as desigualdades raciais serão resolvidas. Mas, se assim o fosse, em Cuba não existiria racismo. Somado a isso, apontamos uma das idéias equivocadas, colocadas em xeque por Guimarães (2002) e levadas adiante pelos economistas: “é preciso que a economia cresça para que os problemas sociais resolvam-se naturalmente”. Na realidade, isso acaba ganhando vida na indiferença, ainda muito presente, com a pobreza. Medidas a serem tomadas no combate à pobreza são duramente contestadas pela elite do país em nome da competição por mérito, ou da excelência acadêmica, o que faz aumentar ainda mais o fosso entre brancos e negros, ricos e pobres.

Nessa conjuntura, o maior desafio a ser enfrentado é a desconstrução das estruturas ideológicas e políticas dessa pseudo *convivência harmoniosa* entre brancos e negros no Brasil constituída pelo mito da democracia racial. É significativo avaliarmos em que medida esse mito vem perdendo espaço frente à percepção das desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil. O que o mito da democracia racial esconde e em qual realidade ele tira sua capacidade de convencer sempre será tema pertinente de discussão e debate quando o assunto for a questão racial no Brasil.

NOTAS

- 1 Entende-se como negro (termo utilizado pelo autor) a população negra e mulata estudada por Florestan Fernandes. Esses dois grupos encontram-se, em linhas gerais, sob condições iguais de existência social na sociedade de classes.
- 2 Baseia-se na mesma metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) que mediu as disparidades entre os grupos étnicos branco e afro-descendente. As bases de dados utilizadas foram as da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1998.
- 3 Dados extraídos do artigo "Racismo e desigualdade social na ordem do dia", de Luiz Fernando Martins da Silva, em outubro de 2003, no site: www.politicasdacor.net.
- 4 Expressão utilizada por Medeiros (1984) para definir a escravidão na perspectiva de Gilberto Freyre.
- 5 À guisa de sugestão para um trabalho posterior, seria interessante traçar um paralelo sobre esses casos personalizados em Florestan Fernandes e em *Sobrados e Mucambos* (1990), de Gilberto Freyre. Nesta, há um capítulo que trata da ascensão social dos mulatos, no século XIX, no qual o autor comenta a prática de alforria no sistema escravocrata brasileiro.
- 6 Sobre esta questão, ver Bastos, 1987.
- 7 Em referência à visão de mudança social de Florestan Fernandes, sugerimos a leitura de D'Incao, 1987.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, E. R. Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira. *Humanidades*. Brasília, v. 4, n.15, p. 26-30, 1987.
- FERNANDES, F. *A Integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1/2.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- D'INCAO, M. A. (Org). *Mudança social e sociologia libertadora*. In: *O saber militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1987.
- MEDEIROS, M. A. de A. *O elogio da dominação*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PACHECO, M. de P. T. *Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda*. Dissertação (Mestrado) - Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 1986.
- VENTURA, R. *Estilo tropical. história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e paz*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. (*Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*).
- ARRUDA, M. A. Assimilação marginal ao mundo do trabalho livre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1995. Caderno, 6, p. 7.
- AZEVEDO, C. M. de. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Cadernos Estudos Afro-Asiáticos*, n. 30. Rio de Janeiro, 1996.
- BASTOS, E. R. *Gilberto Freyre, a diversidade e a extensão dos direitos políticos*. Trabalho apresentado ao 18º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 23 a 27 de nov. 1994.

- _____. Gilberto Freyre e a questão social. In: *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- _____. *Escravidão e racismo*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1988.
- DAMATTA, Roberto. A originalidade de Gilberto Freyre. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 3/10, 1987.
- _____. Você sabe com quem você está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais, malandros e heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- LEITE, D. M. Em busca do tempo perdido. In: *O Caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.
- LIMA, N. T. *O passado nos condena? A herança ibérica no pensamento de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda*. In: Trabalho apresentado ao GT Pensamento Social no Brasil, ao 18º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 23 a 27 nov. 1994.
- NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- PETRUCCELLI, J. L. *A Declaração de cor/raça no censo 2000: estudo preliminar das tabulações avançadas*. [S.l.: s.n.], [200_?].
- POTENGY, G. *Família, relações de gênero e habitus de classe na casa-grande*. In: Trabalho apresentado no GT História Oral e Memória, ao 18º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 23 a 27 nov. 1994.
- RIBEIRO, D. *Ensaio insólito*. Porto Alegre: L & PM, 1979.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).
- VELHINHO, M. *A valorização do português na obra de Gilberto Freyre*. [S.l.:s.n.], [19_?].
- VILLAS BOAS, G. Tempo da Casa-grande. In: *Dados*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 343-55, 1988.

SUSPIROS POR UM ESCRAVO DE ANGOLA.
DISCURSOS SOBRE A MÃO-DE-OBRA AFRICANA NA
AMAZÔNIA SEISCENTISTA

Rafael Chambouleyron
Departamento de História/UFPA

Entre as décadas de 1650 e 1660, João de Ornelas da Câmara, morador do Estado do Maranhão, escreveu à rainha regente de Portugal, dona Luísa de Gusmão, um papel sobre “várias utilidades do Maranhão”. Nesse texto, João da Câmara discorria sobre os diversos produtos naturais da região que podiam gerar interesses para a coroa portuguesa, como o cacau, o cravo de casca e o anil. De outro lado, o autor apontava as várias dificuldades para o desenvolvimento econômico da região, como a excessiva exploração de alguns produtos e a falta de cultivo ou a grave carência de moeda na região. Por último, ele enfatizava que “depende principalmente o acrescentamento daquele Estado de haver nele negros de que se seguirão grandes conveniências, como geralmente se tem entendido”.

Para o autor do texto, a importação de escravos africanos permitiria o crescimento das fazendas dos moradores, já que muitos trabalhadores indígenas não tinham “tanto serviço como um só escravo de Angola, pelos quais aqueles moradores suspiram”, sendo o benefício garantido com a mão-de-obra africana. Além do mais, com o tráfico negreiro, evitar-se-iam os “grandes desserviços e ofensas de Deus”, decorrentes da injusta escravização feita aos índios. Com a chegada dos africanos, “se irão esquecendo os cativeiros dos índios” a que eram obrigados os moradores pela “necessidade”. Conseqüentemente, os nativos não mais fugiriam dos portugueses, aproximando-se a “nossas povoações” e convertendo-se finalmente à fé católica (CÂMARA, [166-?], f. 236-236v).

João de Ornelas da Câmara não era o único morador a queixar-se da falta de escravos africanos no Estado do Maranhão e da sua imperativa necessidade para que os moradores portugueses pudessem desenvolver com benefício suas atividades econômicas. É que no antigo Estado do Maranhão no século XVII, região que hoje corresponde aproximadamente à atual Amazônia brasileira, a principal fonte de mão-de-obra não foi africana, mas sim indígena, tanto livre como escrava. O